

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Pensar e Fazer

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
PENSAR E FAZER**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: pensar e fazer /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
248 p. : 2.852 kbytes – (Políticas Públicas na Educação
Brasileira; v. 10)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-84-4
DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Escolas – Organização e administração. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A DEMANDA DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E POLÍTICA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A FRAGMENTAÇÃO DO SABER E A FORMAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Francinalda Maria da Silva e Luiz Arthur Pereira Saraiva..... 6

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

Celyane Souza dos Santos, Erivânia da Silva Marinho, Maria Nazaré dos Santos Galdino, Suenia Aparecida da Silva Santos e Maria de Fátima Leite Gomes 19

CAPÍTULO III

A VISÃO DA GESTÃO DE PESSOAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Cybelle Leão Ferreira, Gyselle Leão Ferreira e Viviana Maria dos Santos..... 33

CAPÍTULO IV

AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO, SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES RUMO A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Josemar Farias da Silva, Selma Suely Baçal de Oliveira e Laudicea Farias da Silva 41

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO POR RESULTADO EM PERNAMBUCO: QUAL O IMPACTO NA PRÁTICA DE DOCENTES DE ESCOLAS INTEGRAIS?

Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire 59

CAPÍTULO VI

CONSELHO TUTELAR: INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Andressa Garcias Pinheiro, Tyciana Vasconcelos Batalha e Carlos André Sousa Dublante..... 72

CAPÍTULO VII

DEFICIÊNCIA E PRIVAÇÃO CULTURAL: EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

Silvia Roberta da Mota Rocha e Laís Venâncio de Melo..... 84

CAPÍTULO VIII

ENSINO MÉDIO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES AOS SUJEITOS IDEALIZADOS – PROCESSOS EDUCATIVOS

Dayvison Bandeira de Moura e Maria Aparecida Monteiro da Silva..... 97

CAPÍTULO IX

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR VERSUS ORÇAMENTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva 111

CAPÍTULO X

HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: DE 1824 À CONSTITUIÇÃO DE 1988

Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna e Ítalo Martins de Oliveira 124

CAPÍTULO XI

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DA EVASÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Eder Aparecido de Carvalho, Alexandre da Silva de Paula e Ivair Fernandes Amorim 136

CAPÍTULO XII

OS ROTEIROS DE ATIVIDADES DE MATEMÁTICA PROPOSTOS PELO CECIERJ PARA TURMAS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: UMA BREVE ANÁLISE

Jonas da Conceição Ricardo, Raquel Costa da Silva Nascimento, Herivelton Nunes Paiva e Reginaldo Vandrê Menezes da Mota 160

CAPÍTULO XIII

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS E DESAFIOS PARA MELHORIAS DO IDEB

Vilma Terezinha de Araújo Lima, Edilza Laray de Jesus, Gilson Nazareno da Conceição Dias e Suzianne Lima de Moraes 173

CAPÍTULO XIV

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Neide Borges Pedrosa, Rogéria Moreira Rezende Isobe e Fernanda Borges de Andrade 186

CAPÍTULO XV

QUE EDUCAÇÃO, PARA QUE PAÍS? PERCEPÇÕES E TEMÁTICAS EMERGENTES

Denise Rangel Miranda, Joselaine Cordeiro Pereira e Elita Betânia de Andrade Martins 196

CAPÍTULO XVI

UM BREVE OLHAR NAS POLÍTICAS E DISCURSOS EDUCATIVOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: AMARRAS DE UM PROJETO NACIONALISTA AUTORITÁRIO

Joel Severino da Silva 203

CAPÍTULO XVII

UM QUINTETO HISTÓRICO E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E FRACASSO ESCOLAR

Vicente de Paulo Morais Junior 215

CAPÍTULO XVIII

UMA HERANÇA CONSERVADORA DA AUTOCRACIA BURGUESA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

Angely Dias da Cunha, Ingridy Lammonikelly da Silva Lima, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida e Jéfitha Kaliny dos Santos 225

Sobre os autores.....241

CAPÍTULO XVIII

UMA HERANÇA CONSERVADORA DA AUTOCRACIA BURGUESA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

**Angely Dias da Cunha
Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
Jéfitha Kaliny dos Santos**

UMA HERANÇA CONSERVADORA DA AUTOCRACIA BURGUESA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

Angely Dias da Cunha

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Paraíba.

Jéfitha Kaliny dos Santos

Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Paraíba

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma pesquisa documental e bibliográfica, de cunho qualitativo, acerca da herança conservadora advinda do período autocrático na educação em um contexto de contrarreforma do Estado. A crise estrutural do capital em curso desde os anos de 1970 chega ao Brasil de modo contundente nos anos de 1990, em meio a recente Constituição de 1988 e ao processo de reabertura democrática. Desta forma, o objetivo central é discutir o papel da educação para a democratização societária, tendo como finalidade a análise sobre os ônus do processo de “autocracia burguesa” vivenciado pelo Brasil durante os anos de 1964-1985 e sua herança conservadora na contemporaneidade. No primeiro momento será discutida a crise do capital no contexto ditatorial da Reforma Educacional, no intuito de compreendermos o processo contemporâneo educacional; em seguida, o debate envolve uma análise sobre as inflexões deste lapso temporal para a democratização da educação e o contexto atual que recupera o ranço ditatorial através dos programas de incentivo ao ensino superior, como o REUNI e PROUNI. Nossas conclusões apontam que em um contexto marcado pela redefinição do Estado, na qual a responsabilidade pela educação superior é transferida para o mercado, o tripé ensino-pesquisa-extensão é resumido apenas ao ensino, a educação pública fica a mercê dos ditames dos organismos multilaterais, cuja proposta é expandir a educação via mercado financeiro/ ensino privado e sucatear as universidades públicas. Assim, para esta análise, evidenciamos como arcabouço teórico o método do materialismo histórico-dialético, para compreensão da realidade e o desvelamento do objeto.

PALAVRAS CHAVE: EDUCAÇÃO; CONTRARREFORMA DO ESTADO; REFORMA UNIVERSITÁRIA; DITADURA MILITAR;

1- INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado tem por objetivo analisar e discutir o papel da educação na contemporaneidade, tendo como finalidade a análise sobre os ônus do processo de “autocracia burguesa” vivenciado pelo Brasil durante os anos de 1964-1985 e seus desdobramentos e retorno na atualidade.

Desta forma, observamos que o Estado diante de uma de uma crise estrutural busca meios para reestruturar o crescimento econômico, isso acontece através da redução dos gastos na área social, buscando atender a agenda dos princípios neoliberais em consonância com as recomendações dos organismos multilaterais, FMI e Banco Mundial.

O papel do Estado para o Banco Mundial (BM), conforme aponta Simionatto (1999 apud Banco Mundial, 1997), é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém, não enquanto agente direto do crescimento e sim como sócio, elemento catalisador e impulsionador desse processo.

Assim, com o reordenamento do Estado tendo como eixo norteador a política do BM para os países periféricos, consolidou-se um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especialmente, a educação superior (LIMA, 2011). Esse é um quadro de desmonte de um padrão de proteção social, operando como tendências o sucateamento e rebaixamento dos serviços públicos, e por consequência a transferência e abertura para o mercado de serviços que até então não estavam no circuito da venda e troca adequadas à lógica da mercadoria, dentre eles, destacamos a educação.

O que passa a ocorrer então, por parte dos governos, é a defesa de que a educação enquanto mercadoria deve ser “universalizada” via mercado, o que colide diretamente com a concepção de educação pública e de qualidade (SILVA, 2010). Nesse contexto, percebemos os contornos das políticas sociais públicas ligadas aos interesses do grande capital, como também se verificam a diversificação das fontes de financiamento da educação e uma formação que cada vez mais atenda ao tecnicismo formal do trabalho.

Concordamos com Silva (2010), ao referendar que a educação no atual estágio do capitalismo: “transforma-se em uma poderosa estratégia do capital para reforçar sua dominação e contribuir com a construção de uma aceitação coletiva sobre o culto ao mercado, bem como aprofundar uma integração periférica e dependente da lógica do capital monopolista”. (p.414)

Dentro dessa análise, trataremos em um primeiro momento da Reforma Educacional vivenciada no período ditatorial brasileiro, para em seguida analisarmos os ônus desse processo na contemporaneidade, utilizando o REUNI e o PROUNI como exemplificação para o atual contexto educacional brasileiro.

O presente estudo está orientado por um enfoque reflexivo e analítico, na medida em que, segundo Triviños (1987), procura conhecer com profundidade os traços característicos de uma determinada realidade, neste caso, o processo de

sucateamento da Educação no Brasil – com ênfase na Educação Superior – o qual teve início ainda no marco dos Governos Militares, e que perdura até hoje.

Assim, destacamos nesse processo de conhecimento o seguinte procedimento metodológico: a realização de um levantamento bibliográfico e documental de cunho qualitativo. A pesquisa foi realizada no período de março de 2016 a agosto de 2016. A análise de conteúdo foi adotada para nos conduzir a uma melhor apreensão da realidade pesquisada e, conseqüentemente, a um maior conhecimento da temática estudada.

2- TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS PROVOCADAS PELA CRISE DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO

A crise do capital tem como alicerce a lei geral da acumulação capitalista e a contradição capital x trabalho; suas bases estão no processo de apropriação da riqueza produzida coletivamente.

Através dessa discussão é possível entender como a educação tem saído da esfera do “direito” para se tornar mercadoria, e como tem sido funcional para a realização do processo produtivo do capital. Assim, a afirmação de Marx (2004) de que tudo, até os próprios homens se tornam mercadoria no capitalismo, continua sendo vivenciada, principalmente, em momentos de crise do capital.

Dessa forma, as transformações societárias em curso, ocasionadas pela crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011) a partir da década de 1970, com o exaurimento do padrão de acumulação baseado no fordismo-taylorismo e no “pacto de classes”, e o fim dos “anos dourados” nos países centrais, consistem na reestruturação produtiva, na financeirização da economia e na ideologia neoliberal, cujas particularidades se pautam na *sociedade tardo-burguesa* de enfrentamento da crise e nas tentativas de crescimento das taxas de lucro a substituição do regime de acumulação “rígido” para o “flexível”.

As características da flexibilização que transformaram a ordem da produção econômica mundial, foram incorporadas pelo setor público através da refuncionalização do papel do Estado, esse que passou a direcionar suas ações orientadas para o mercado, mediante a restrição das políticas sociais desregulamentando o sistema de proteção social conquistado pelas lutas do movimento operário da classe trabalhadora. No Brasil, segundo Behring (2003), houve o desmonte e a destruição das políticas sociais, numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para adaptação passiva à lógica do capital.

A hipertrofiação das atividades de natureza financeira com a construção de uma oligarquia financeira global, o caráter concentrador na atividade econômica, a desterritorialização dos polos produtivos, a crescente informatização do processo de automação, as novas formas de contratação, as formas bárbaras de extração da mais-valia relativa, as mutações no mundo do trabalho, e a desqualificação dos Estados-nações para que o privatismo neoliberal se consolide.

De acordo com Antunes (2007) as transformações no mundo do trabalho, através do processo de reestruturação produtiva, que tem suas bases ideológicas no liberalismo e se solidifica na contrarreforma do Estado para com a classe trabalhadora, tem seus rebatimentos na educação na medida em que há uma expansão do mercado educacional e cortes nos investimentos destinados a universidade pública. Isso tem implicações para direção crítica das profissões, pois o ensino privado vem direcionando seu ensino para a exigência do mercado, buscando formar profissionais técnicos, pragmáticos, que atuem de forma imediatista.

Todas essas implicações têm como base concreta a contrarreforma do Estado como um processo ligado à recuperação dos lucros do capital. A contrarreforma do Estado é uma estratégia política, econômica, cultural e política do Capital em se reestruturar. Em outras palavras, a contrarreforma do Estado é um conjunto de estratégias e respostas do capital para enfrentamento da crise, configura-se na dominância do capital portador de juros, na intensificação da supercapitalização, na reestruturação produtiva que conjuga inovação tecnológica e organizacionais com velhas práticas predatórias de acumulação primitiva, no ajuste estrutural do Estado de acordo com a nova racionalidade hegemônica e com todo o ideário neoliberal a ela vinculado que tem seus rebatimentos na organização do trabalho (SOARES, 2010).

Assim, a proposta de contrarreforma do Estado expressa no Plano Diretor de Reforma do Estado, está voltada para a desconstrução das políticas sociais no sentido do processo de transformação de direitos em “mercadorias”. É o que acontece com a política de educação, que no ensino superior através de um processo de contrarreforma assume a lógica do capital, na qual, os alunos se tornam consumidores da mercadoria ofertada, nesse caso, a educação.

A entrada do capital privado na educação superior pública promove transformações estruturais, conforme nos chama a atenção Chauí (2003), implicando na perda de autonomia das universidades públicas, conquistada pelo movimento docente e discente, e ainda no reconhecimento apenas do saber que se presta para a valorização do capital ou na chamada geração de lucro social de universidade dos resultados.

Diante disso, o que se observa por parte dos governos é a defesa de que a educação enquanto mercadoria deve ser “universalizada” via mercado. Tais ideias e recomendações aparecem travestidas no discurso da “democratização” do ensino e na concepção ideológica de produtivismo acadêmico como realização pessoal e intelectual.

Para Silva (2010, p.144) a educação no atual estágio do capitalismo “transforma-se em uma poderosa estratégia do capital para reforçar sua dominação e contribuir com a construção de uma aceitação coletiva sobre o culto ao mercado, bem como aprofundar uma integração periférica e dependente da lógica do capital monopolista”. Isso se aprofunda, uma vez que as medidas adotadas pelo Estado impulsionam a universidade ao rebaixamento do seu nível intelectual e cultural de maneira muito eficiente aos interesses de expansão do mercado, mas não consegue

contribuir de forma significativa com a emancipação humana por meio da educação e da produção de conhecimento.

Todos estes elementos, como o desmonte dos equipamentos sociais que integram a precarização da educação pública e o aumento da presença e da vivência do sofrimento psíquico e físico, são causados pelo agravamento das atividades laborais que os docentes e discentes passam a experimentar cotidianamente no nível superior (GUARANY, 2014). Principalmente, através de uma lógica produtivista que muito se parece com um modelo fordista presente na produção da mercadoria.

Acontece, de fato, uma lógica que levam os estudantes e docentes a competirem entre si e produzirem em grande escala para preencher os requisitos propostos pelos órgãos de fomento a pesquisa no país. As bases desses requisitos fazem parte de um projeto macrossocial econômico, cuja ideologia neoliberal de cunho conservador tem imposto e financiado através dos organismos internacionais uma lógica educacional mercadológica.

A educação superior, que deveria ser um campo de ultrapassagem do senso comum para o campo da ciência, na qual a criticidade deve ser o pilar do ensino, encontra-se na atualidade marcada por um processo retrógrado com traços dos projetos educacionais presentes na autocracia burguesa.

Na construção do consenso e da coesão, a educação presente na esfera da superestrutura, passa diante do capitalismo monopolista a se tornar mecanismo de construção e propaganda da ideologia dominante no sentido de manter sua hegemonia. A lógica cultural do capitalismo tardio, definida por Harvey, se adentra na esfera educacional não só para impulsionar a expansão do capitalismo financeiro, já que ele não se realiza exclusivamente na produção, mas também, para ser funcional à sua ideologia, com o propósito de manter o controle entre a classe trabalhadora.

Dito isso, a direção ideológica, política e econômica imposta pelos organismos multilaterais internacionais para os países periféricos tem como objetivo uma reprodução ampliada do capital na esfera financeira. Assim, a educação no plano econômico financeiro, nessa conjuntura, torna-se mercadoria, enquanto tal é mantida pela mais-valia da produção transferida via fundo público e/ou pagamento das mensalidades. No plano político ideológico tem-se um direcionamento baseado no desmonte da perspectiva crítica e na propagação de projetos conservadores, portanto, esse florescimento ideológico e político conservador na educação devem-se as próprias origens da formação social e histórica do Brasil, mas também a uma herança presente no período ditatorial.

3- A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E AS INFLEXÕES PARA A EDUCAÇÃO

Para a análise aqui pretendida, partimo-nos da seguinte premissa: o período de “autocracia burguesa” funcional ao modelo burguês trouxe elementos que nos permitem compreender o cenário contemporâneo da Educação no Brasil. O movimento contraditório e dinâmico societário – sobre a égide do capital –

proporcionou uma nova configuração em torno das conquistas por direitos, que em primeiro momento pôde, apenas, representar ganhos ou nos mostrar uma face progressista e democratizada nesse campo.

A educação, nesse sentido, avançou democraticamente como expresso nos registros da Carta Magna de 1988, passando a ser institucionalizada como um direito “universal” – pelo menos na educação de base – mas que ainda apresenta problemáticas fundantes e elimináveis neste sistema.

Nessas problemáticas estão presentes os ranços da ditadura militar, executada não só no Brasil, como em toda América Latina, tinha objetivo claro: a legitimação do sistema capitalista, através da modernização dos seus mecanismos de controle e acumulação. Como nos aponta Ferreira Jr e Bittar (2008, p. 335)

Os governos militares adotaram um movimento político de duplo sentido: ao mesmo tempo em que suprimiam as liberdades democráticas e instituía instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levavam à prática os mecanismos de modernização do Estado nacional, no sentido de acelerar o processo de modernização do capitalismo brasileiro. Em síntese: propugnavam a criação de uma sociedade urbano-industrial na periferia do sistema capitalista mundial, pautada pela racionalidade técnica.

No Brasil, o período ditatorial teve início em 1964, em contexto adverso, quando o país vivia sob uma ordem progressista, com um direcionamento que indicava – ou ao menos permitia – o pensar pelo caminho da esquerda. O desenvolvimento das forças revolucionárias na América Latina, acompanhado por sinais de esgotamento do modelo acumulativo do capital, apontou a radicalidade do processo ditatorial aplicado nos países em desenvolvimento. Era necessária uma política que pudesse adequar à sociedade civil, ideologicamente e culturalmente, para as transformações que seriam fecundadas para a retomada capitalista.

O modo de pensar e agir precisavam ser redimensionados para a instalação da dominação burguesa, e um dos mecanismos para esse feito foram as reformas no campo da educação, que além de assegurarem um futuro promissor para o desenvolvimento capitalista, ainda garantiram a estabilidade do sistema ditatorial, contribuindo para a efetivação da ponta de toque do regime antidemocrático, que se estruturou no veto da liberdade de pensar e expressar politicamente e ideologicamente contra a ordem burguesa.

O ensino superior foi o principal alvo do governo ditatorial, uma vez que era no seio desse período educacional que estavam os elementos que o regime necessitava, na formação de mão-de-obra para desenvolver o país com expressiva ênfase no tecnicismo e na formação de seres pensantes alinhados aos objetivos de lucratividade do capitalismo.

Deste modo, mesmo acontecendo o desmonte do período ditatorial com a instalação da democracia, o ensino superior ainda se estrutura sob os traços da reforma educacional instaurada no período autocrático burguês, a exemplo temos a divisão departamental dos cursos de ensino superior que descentralizou o corpo

pensante dos cursos naquela época e ocasionou os mesmos reflexos na forma organizativa dentro das nossas universidades públicas.

Ao passarmos os olhos de modo rápido, sem a pretensão de desvelar a essência dos fatos, poderíamos afirmar que a Lei de número 5.540, de 28 de Novembro de 1968, que indicou de modo formal as principais mudanças no campo da educação superior, tratava-se de uma lei de cunho democrático, pois permitia, inclusive, a formação da representação estudantil, o que é bastante contraditório tendo em vista os relatos reais das perseguições aos estudantes dentro das universidades em todo o país neste período. No entanto, trata-se apenas de uma impressão inicial e infundada. Não podemos negar que o consenso era necessário, o governo ditatorial não poderia radicalizar suas ações, colocando até seus “devotos” em oposição, pelo contrário, a ditadura militar trabalhava de modo camuflado, concretizando trabalhos no campo social, fazendo a velha política do “pão e circo”, no campo da aparência.

Entretanto, em uma análise mais profunda nos extratos da Lei que passaram a regulamentar a educação superior, podemos perceber que se trata de uma articulação de dominação de todos os setores geracionais que colocavam a educação em funcionamento. Os (a) administradores (as) na figura dos (as) reitores (as) eram escolhidos pelo próprio governo militar, com uma finalidade evidente de representar de modo harmonioso os interesses do capital, que estava representado pelo governo autocrático.

A formação profissional com o sentido de formar seres pensantes, capazes de contribuir com o processo emancipatório da sociedade, foi totalmente descartada. A proposta era visível, ampliar o ensino superior para formar profissionais aptos para executar as ordens do capital. Não é à toa que se instituiu no primeiro capítulo da referida Lei o incentivo à ciência e à pesquisa.

No capítulo III, que trata sobre o corpo discente, a representação estudantil é mantida, mesmo de caráter conservador, sendo sua ação delimitada entre a organização e os demais setores que compõem o ensino superior. No entanto, anterior ao secionamento desta Lei, revogou-se a legislação que permitia a organização política das representatividades estudantis.

A Lei n.º4464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou na ilegalidade as entidades estudantis, com União Nacional dos Estudantes (UNE), e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, procurando eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente dos estudantes. (LIRA, 2010, p. 63)

Todas as ações desenvolvidas pelo ensino superior brasileiro neste lapso foram determinadas pelo governo ditatorial, sem a participação popular, atendendo as diretrizes dos órgãos internacionais, colocando o plano desenvolvimentista em ação.

[...] o governo veio a adotar a maior parte da estratégia desejada pela USAID e assumir a responsabilidade pelas propostas. A Confederação Nacional de Educação (CNE), organizada em 1966, teve por objetivos apontar sugestões para uma formulação do Plano Nacional de Educação em vigor, afirmando a relação entre educação e desenvolvimento econômico. Estas orientações eram elaboradas a partir das determinações do “Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso”. (LIRA, 2010, 69)

As transformações educacionais, principalmente no ensino superior, se deram durante todo o período ditatorial e têm influxos na nossa contemporaneidade, demonstrando a fragilidade do rompimento com o governo militar e do processo de reabertura democrática do país.

4- ROMPIMENTO E/OU CONTINUIDADE? UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PÓS-ESTADO DITATORIAL

O período ditatorial que assolou a América Latina constituiu-se como divisor de águas na compreensão histórica, política e social da sociedade latino-americana. No Brasil não foi diferente, não há como explicarmos as nuances advindas da contradição capitalista, sem contextualizarmos um dos períodos mais sangrentos vivenciados pelo povo brasileiro. Até hoje vivemos sobre os escombros, colhendo a herança deixada pelo regime militar. Evidentemente, o sistema ditatorial, fruto da dinâmica capitalista, não se colocou no decurso da história como um movimento com início, meio e fim, ao contrário, sempre que necessário o capitalismo recupera os seus traços mais sórdidos, reatualiza e efetua de modo quase imperceptível.

Prova disso é o projeto de Lei n.º 867/2015, intitulado “escola sem partido”, criado pelo Deputado Izalci (PSDB/DF), que vem ganhando visibilidade em todo país. A proposta é bem simples e clara: instituir a neutralidade política e ideológica dentro dos campos de ensino.

Trata-se de um projeto extremamente conservador, com fortes traços do período “autocrático burguês” e de legitimação do projeto burguês. Delimita a ação política dos profissionais da educação, fortalece a ação abertamente do campo da direita, que “afirma” prezar por uma neutralidade que, na verdade, já apresenta para que veio e a quem serve. Pois bem, esse é apenas um dos exemplos que poderíamos citar para demonstrar os traços do período ditatorial na educação brasileira que perduram até os dias de hoje, e que vem ganhando espaço em detrimento das discussões sobre a educação a partir dos direitos humanos, na direção emancipatória de superação da ordem vigente.

Assim, após a derrocada da ditadura militar no Brasil e a ascensão do processo de reabertura democrática, o país vivenciou um contexto bastante adverso e contraditório, revelando a face crua da contradição capitalista. A crise estrutural do capital em curso desde os anos de 1970, chega no Brasil de modo contundente nos anos de 1990, em meio a recente Constituição de 1988 e ao processo de reabertura democrática.

Os ônus deste processo de crise, que se estende até a contemporaneidade, mediado pela reestruturação do modelo lucrativo do capital, materializado pelo projeto neoliberal e pelo pensamento pós-moderno, pode ser sentido em todas as esferas da nossa sociedade e na educação vem tendo seus rebatimentos.

Assim, nos termos de Berhing (2003), o que temos no Brasil a partir desse período “é um processo de contrarreforma do Estado que significou uma reestruturação do significado das funções públicas estatais”. Nesses termos, o Estado passa a adotar uma perspectiva de racionalização do gasto público, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar seu promotor e regulador, transferindo para a esfera privada as atividades que antes eram suas. Evidencia-se a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte da Seguridade Social, a precarização do trabalho marcado pelo aumento da informalidade por consequência do desemprego estrutural, o sucateamento da saúde e da educação.

Neste contexto, a educação é utilizada para atender as demandas do mercado, e a mesma deixa de ser direito e passa a se tornar “serviço”. Para isso, a base ideológica que sustenta e justifica tal processo é a “ideologia da globalização”, que é disseminada pelos organismos internacionais e é pautada na necessidade de os países periféricos integrarem-se à “aldeia global” (PERREIRA, 2008).

Isso resulta em uma reconfiguração do papel do Estado na tentativa de adequar a mão-de-obra às exigências do capital em criar melhores condições para gerar maior rentabilidade e viabilizar condições para superar a crise capitalista (PINTO, 2007). Nessa conjuntura, a educação fica a mercê das orientações dos organismos internacionais que defende a ideia de privilegiar um maior acesso ao ensino superior através de programas como o Reuni, Prouni e Fies e da expansão do Ead, que fragmenta, desqualifica e aligeira a formação.

O que passa a ocorrer então, por parte dos governos, é a defesa de que a educação enquanto mercadoria deve ser “universalizada” via mercado, mas esse pensamento colide diretamente com a concepção de educação pública de qualidade (SILVA, 2010). Nesse sentido, percebe-se os contornos das políticas sociais públicas ligadas aos interesses do grande capital, como também se verifica a diversificação das fontes de financiamento da educação e uma formação que cada vez mais atenda ao tecnicismo formal do trabalho.

No entanto, tais ideias e recomendações aparecem travestidas no discurso da “democratização” do ensino, e na concepção ideológica do conceito de inclusão que se realiza desconectado das relações de classe e serve apenas ao reforço da reprodução das relações sociais típicas do capitalismo.

Concordamos com Silva (2010, p.144) ao referendar que: “a educação no atual estágio do capitalismo: transforma-se em uma poderosa estratégia do capital para reforçar sua dominação e contribuir com a construção de uma aceitação coletiva sobre o culto ao mercado, bem como aprofundar uma integração periférica e dependente da lógica do capital monopolista”. O resultado desse processo é o aprofundamento do pensamento pós-moderno na universidade que, segundo FRIGOTTO, 1999 apud SILVA 2010, p.416 se configura em uma crise da razão que

compreende a realidade de forma fragmentada e esvaziada de sua dimensão classista.

Tendo como consequências “uma universidade rebaixada intelectualmente e culturalmente que atende de maneira muito eficiente aos interesses de expansão do mercado, mas não consegue contribuir de forma significativa com a emancipação humana por meio da educação e da produção de conhecimento”(SILVA, 2010, p.416).

Cabe-nos ainda destacar que o processo de privatização do ensino superior, como mencionado ainda na década de 90, é aprofundado pelo governo de Lula da Silva, sobretudo no desmonte do modelo de universidade pública pautado no tripé ensino-pesquisa-extensão visto de forma indissociável.

Ademais, há um aprofundamento das parcerias público-privadas por meio de recursos fiscais injetados na esfera privada, representando conforme Silva (2010) a privatização do ensino público, colocando no mesmo patamar as universidades públicas e as instituições privadas, fortalecendo a ideia de uma esfera pública não estatal e contribuindo para o aprofundamento do ideário neoliberal no Brasil.

É relevante destacar no contexto das “reformas” universitárias, com relação às universidades públicas, um projeto apresentado pelo governo, intitulado: REUNI. De acordo com (ANDES-SN, 2007, p. 21 apud, SILVA, 2010, p. 417):

[...] o programa tem o objetivo de criar condições para a ampliação e permanência na educação superior, no nível de graduação, utilizando-se do ‘melhor’ aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes nestas instituições.

O Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6069/07, cujo artigo primeiro expõe seu objetivo principal, que é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais”.

Embora nos termos legais se apresente como uma proposta “inovadora”, na realidade o que vem ocorrendo é a inviolabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão. Pois, essa proposta de expansão do ensino público vem ocorrendo em condições precárias de infraestrutura, condições de trabalho inadequadas, quadros de docentes e técnico-administrativos insuficientes, ausência de políticas de assistência estudantil e planos de qualificação docente, como sinaliza Silva (2010), ocasionando um aligeiramento da formação, como também se acentua a precarização do trabalho docente.

O decreto que criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), no primeiro ano de mandato do governo de Lula da Silva, em 2003, permitiu as primeiras ações sobre a educação superior. Esses grupos pautavam desde debates até o apontamento de diretrizes que norteariam a reforma universitária, fornecendo bases para a formulação de documentos que explicitavam a situação da educação superior acerca da crise nas universidades federais, desde o arrocho orçamentário até a defasagem

na reposição do quadro docente; logo, o documento apontava para o enfrentamento da crise emergencial dessas universidades.

Ao analisar os resultados obtidos, os membros do GTI concluíram que a crise verificada na política de acesso à educação superior foi, na verdade, o desdobramento de uma crise mais profunda associada à desarticulação do setor público, na qual as consequências da crise fiscal do Estado resultaram em substanciais danos às universidades governamentais, sobretudo, em relação aos recursos humanos, de manutenção e de investimentos (BRASIL, 2003).

O REUNI tem como um de seus objetivos dobrar o número de estudantes de graduação nas universidades federais, o “Ministério da Educação, [...] estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década”, elevando gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação para 90% (BRASIL, 2003, p.4)

Outros itens que devem ser ressaltados tratam-se da flexibilização dos currículos, a reorganização dos cursos de graduação e a atualização de metodologias de ensino-aprendizagem. Essas metas visam formar profissionais aptos a enfrentar os desafios do mundo do trabalho através de uma formação sólida e crítica, de forma a contribuir para o desvendamento da realidade social que é permeada por inúmeras contradições.

O REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, tendo em vista a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, como também as diversidades que cercam as instituições. No entanto, conforme afirma Santos (2009), apesar de o REUNI não ter a característica totalmente centralizada no processo de efetivação, já que abre precedentes aos implementadores de participar na forma como ele será implementado em sua instituição, pode-se notar grande peso do poder governamental na globalidade dos processos decisórios.

A fim de que as metas do REUNI sejam efetivadas, é necessário que as instituições que irão aderir ao programa elaborem um Plano de Reestruturação, de modo a considerar as especificidades de cada universidade federal. Porém, mesmo que as universidades, através de seus órgãos deliberativos, formulem um Plano de Reestruturação condizente às determinações do REUNI, “elas ainda terão que esperar o aval da Secretaria de Educação Superior (SESU), para que se inicie o repasse de verbas que possibilitará início das atividades programadas” (SANTOS, 2009, p38).

De acordo com (SUBIRATS 2006 apud SANTOS, 2009, p.38), não basta apenas elaborar um bom desenho no plano de ações, ou mesmo dispor dos recursos necessários para levar a cabo a condução de uma determinada política pública ou projeto. É fundamental garantir a predisposição dos implementadores, para que se chegue o mais próximo possível das metas projetadas.

É importante destacar que têm ocorrido reivindicações por parte da população acadêmica, principalmente por parte do corpo discente, no que se refere a “democracia” deste programa, pois alegam que a burocracia interna dos fóruns

deliberativos das universidades cria um alto grau de corporativismo, impossibilitando uma efetiva participação da comunidade.

Além disso, é preciso questionar até que ponto essa educação superior estar possibilitando o combate as desigualdades, já que uma ampliação de vagas de maneira pontual, com a ausência das devidas mediações que perpassam as relações sociais, podem acarretar um mero acesso ao ensino superior, resultando em níveis duvidosos de qualidade. Portanto, o reconhecimento do acesso à educação superior enquanto direito social deve ser debatido acerca de sua importância, não podendo ser analisado de modo isolado, deslocado do contexto da sociedade.

5- CONCLUSÕES

Nossas considerações perpassam as discussões sobre a educação superior no marco do período ditatorial e seus ranços contemporâneos na educação. Desta forma, pode-se concluir que em um contexto marcado pela redefinição do Estado, onde a responsabilidade pela educação superior é transferida para o mercado, o tripé ensino-pesquisa-extensão é resumido apenas ao ensino. A educação pública fica a mercê dos ditames dos organismos internacionais, cuja proposta é expandir a educação via mercado financeiro/ ensino privado e sucatear as universidades públicas.

Pode-se apontar que os programas de incentivo ao ensino, como o REUNI E PROUNI, têm sido defendidos desde os governos petistas até a atualidade, transvestido de um discurso de melhorias das universidades, porém, congela-se a verba por 5 anos; não garante o recebimento desta verba; estimula a superlotação de salas e sobrecarga de professores através do cumprimento de suas metas; privilegia a quantidade de formandos ao invés de qualidade de ensino e tem uma proposta em consonâncias com a bases conservadoras que sustentaram a política de educação no período ditatorial.

Diante dessa conjunta, observa-se que a arrecadação que será perdida por conta da isenção acordada com o governo e as IES privadas, poderia ser investida no ensino público, que nos últimos anos vem enfrentando uma “crise de sustentabilidade” pelo pouco financiamento, o que resulta na insuficiência de recursos para investir na manutenção das instituições, nos profissionais como um todo e na própria assistência ao estudante carente, visto que não basta inseri-lo no ensino superior, é necessário proporcionar condições objetivas para a sua permanência e conclusão dos estudos.

Diante disso, concluímos que essas propostas de expansão de ensino tratam-se de uma ação do governo que recupera o conservadorismo, encabeçado pelo Estado durante a autocracia burguesa, tendo como alicerce uma educação funcionalista que não permite o avanço da criticidade. Como diria o Gramsci, uma “decadência ideológica” que adentra nos espaços de construção da consciência aprofundando o processo de alienação, cujo objetivo é manter o “consenso” sobre

as medidas propostas pelo sistema capitalista- representado pelo FMI, OMC e UNESCO.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

CISLAGHI, J. F. **A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, 2011, n. 106, abr./jun., p. 241-266.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

FERREIRA JR, A; BITTAR, M. **Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura Militar**. In: Cad. Cedes. Campinas, Vol. 28, n. 76, p.333-355, set. /dez. 2008.

GUARANY, A. **Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Estudo de caso**, Rio de Janeiro: UFRJ, ESS, 2014.

LIMA, K, R, S. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. In: Katálise, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan. /jun. 2011.

Lira, A. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

MARQUES, Eugenia P. de Siqueira. **Programa Universidade para Todos – PROUNI: Democratização da educação superior**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/PROGRAMA%20UNIVERSIDADE%20PARA%20TODOS%20%96PROUNI%20DEMOCRATIZA%C7%C3%20DA.pdf. Acesso em:07/07/2016 as 14:30h.

MARX, Karl. **Capítulo VI – Inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, L. Dahmer. **Educação Superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003.** *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, 2008, n.96.

PINTO, M. B. **A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social.** *Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social*, ano 3, n. 6, p. 1-19, abril, 2007. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2016.

Portal Brasil – Prouni. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/index.php>> Acesso em: 07/07/2016 as 14:17 hrs. Portal do MEC- Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107

SILVA, R, S. **A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista.** In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 103, p. 405-432, jul./set. 2010.

SIMIONATTO, I. **Crise, reforma do Estado e políticas públicas, 1999.** Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=106> . Acesso em: 24/07/2017

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987, p. 116-166.

ABSTRACT: The present article is the result of a qualitative documentary and bibliographical research about the conservative inheritance of the autocratic period in the education in a context of counterreformation of the State. The structural capital crisis that has been going on since the 1970s comes to Brazil in the 1990s, amid the recent 1988 Constitution and the process of democratic reopening. In this way, the central objective is to discuss the role of education for corporate democratization, with the purpose of analyzing the burden of the process of "bourgeois autocracy" experienced by Brazil during the years 1964-1985 and its conservative heritage in contemporary times. In the first moment, the crisis of capital will be discussed in the dictatorial context of Educational Reform, in order to understand the contemporary educational process; The debate then involves an analysis of the inflections of this time lag for the democratization of education and the current context that recovers the dictatorial rancidity through higher education incentive programs such as REUNI and PROUNI. Our conclusions point out that in a context marked by the redefinition of the State, in which responsibility for higher education is transferred to the market, the teaching-research-extension tripod is summarized only in education, public education is at the mercy of the dictates of multilateral organizations, whose proposal is to expand education via financial / private education and to scrap public universities. Thus, for this analysis, we present as a theoretical framework the method of historical-dialectical materialism, to understand reality and unveil the object.

KEYWORDS: education; state counterreformation; university reform; military dictatorship;

Sobre os autores:

Alexandre da Silva de Paula Psicólogo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga e Professor do Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Bacharel/Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (FFCLRP). Pesquisador do Observatório de Violência e Práticas Exemplares/OVIPE/USP/CNPq. E-mail: aledpaula@outlook.com

Andressa Garcias Pinheiro Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos, Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID. Bolsista do Projeto de Pesquisa Conexões Atlânticas: memórias e processos identitários na literatura infanto-juvenil de Cuba e do Brasil (preâmbulo e começo do Novo Milênio) pelo PIBIC/ FAPEMA. E-mail para contato: dessaduartepinheiro@hotmail.com

Angely Dias da Cunha Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida Professora da Universidade Federal da Paraíba – Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; – Mestrado em Serviço pela Universidade Federal da Paraíba; – Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Pós Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Coordenadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS) da UFPB – Professora Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Carlos André Sousa Dublante Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail para contato: cdublante@terra.com.br

Celyane Souza dos Santos Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: celyanesouza1@hotmail.com

Cybelle Leão Ferreira Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduação em andamento em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização *latu sensu* em andamento em Gestão Contábil e Financeira pela Escola Superior Aberta (ESAB).

Dayvison Bandeira de Moura Professor nas universidades Americana, Columbia e IBERO Americana, Asunción – PY. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Estrito-Sensu Universidade Columbia – Asunción - PY; Graduação em Letras Vernáculo pela Universidade Federal de Pernambuco - FAFIRE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Grupo de pesquisa: Linha de Currículo no que diz respeito à Língua Portuguesa, Análise do Discurso, Linguística Sistemico Funcional, Leitura e Afrocentricidade. E-mail para contato: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão e Financiamento da Educação (GREFIN), da UFPB. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Atualmente é servidora pública federal, atuando como Assistente em Administração na UFPB, lotada na Pró-Reitoria de Administração

Denise Rangel Miranda Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAED/FACEDUFRJF); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais);

Eder Aparecido de Carvalho Professor EBTT na Área de Sociologia do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus Brusque. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Dottori (FACDOTT), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciências e Desenvolvimento Social/CDS/IFC/CNPq. E-mail: carvalhoeder@hotmail.com

Edilza Laray de Jesus Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA)/ Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA. Graduação em Geografia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestrado

em Educação Ambiental (FURG, RS). Doutorado em Educação (UFRGS, RS). Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: ejesus@uea.edu.br

Elita Betânia de Andrade Martins Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: Coordenadora do grupo de pesquisa GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação: Pesquisa em andamento financiada pela FAPEMIG;

Erivânia da Silva Marinho Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: erivaniamarinho@hotmail.com.

Fernanda Borges de Andrade Graduação em pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rey, MG, Brasil. Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba na linha de Pesquisa de Formação e Prática Docentes. Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação / Faculdade de Educação - FACED, na linha de pesquisa Saberes e Práticas Educativas. Grupo de Estudos e Pesquisas do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência do Pibid/UFTM - Projeto de extensão em interface com a pesquisa. E-mail para contato: feborgesaz@yahoo.com.br

Francinalda Maria da Silva Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades. Guarabira, Paraíba. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores; E-mail para contato: francinaldageografia@gmail.com

Gilson Nazareno da Conceição Dias Professor efetivo da Secretaria de estado de Educação do Amazonas; Graduação em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE; Especialização em METODOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA. E-mail para contato: gilsondias87@gmail.com

Gyselle Leão Ferreira Assistente Administrativo em Educação do Governo do Estado de Pernambuco. Graduação em andamento em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

Herivelton Nunes Paiva Graduado em Estatística pela Universidade Salgado de Oliveira (1990), graduação em Matemática pela Universidade Salgado de Oliveira (2001) e mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pelo Centro Universitário Plínio Leite (2006). Atualmente é professor do Colégio Estadual Pandiá Calógeras, professor titular da Universidade Salgado de Oliveira, Professor do Programa de Pós-graduação Lato sensu da UNIVERSO/SG, pesquisador- bolsista da Fundação para o Desenvolvimento Cient. Tec. em Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz e professor orientador da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, matemática, educação matemática, marketing e estatística. Consultor em Estatística e Educação.

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima Mestranda Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa no Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPA-COPS) da UFPB – Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ítalo Martins de Oliveira Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB, Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública (UFPB-2006) e em Controladoria para Gestão Pública e Terceiro Setor (UFRN-2011), bacharelado em Ciências Contábeis (UFPB-2004). Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação da Educação Superior (GAES), da UFPB. Atualmente é servidor público federal, atuando como Contador na UFPB, lotado na Pró-Reitoria de Administração.

Ivair Fernandes Amorim Professor EBTT na Área de Educação/Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga. Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Mestre e Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). E-mail: ivairfernandesamorim@gmail.com

Jéfitha Kaliny dos Santos Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba

Joel Severino da Silva Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: É Membro do Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (UFPE) cadastrado no CNPq. Bolsista do PIBIC/UFPE/CNPq em: 2014-2015, 2016-2017 na área de religião e diversidade religiosa, com ênfase nas discussões envolvendo as religiões de matriz africana; 2017-2018 na área de gênero e sexualidade. E-mail para contato: joelsilva.educar@gmail.com

Jonas da Conceição Ricardo Professor da Universidade Estácio de Sá e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Tecnologia e Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ; Mestre em Educação Matemática e Licenciado em Matemática. Possui curso de extensão em Gestão de Sala de Aula pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Possui experiência na modalidade em Ensino à Distância e também na elaboração de material didático, tanto pela Secretaria Estadual de Educação/RJ quanto pelas instituições: Universidade Estácio de Sá e da Universidade Universo. Atualmente também atua com pesquisa na Universidade Estácio de Sá, sendo bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá

Joselaine Cordeiro Pereira Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Economia doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); joselainecp@hotmail.com

Josemar Farias da Silva Licenciado em Ciências pela Universidade de Pernambuco. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Laís Venâncio de Melo Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do Ensino Fundamental no município de Campina Grande, PB. E-mail: laisvenanciomelo@gmail.com

Laudicea Farias da Silva Licenciada em Ciências pela Universidade de Pernambuco – UPE. Pós-Graduação em Psicopedagogia pela mesma Universidade. Atualmente atua na Gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco.

Luiz Arthur Pereira Saraiva Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (CEDUC/UEPB). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Vice-Líder do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores. Professor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). Professor Orientador de Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail para contato: saraivaluizarthur@yahoo.com.br

Maria Aparecida Monteiro da Silva Doutorado em Educação - Universidad de Santiago de Compostela em 1998 e Doutorado em Educação pela Universidad Politécnica y Artística do Paraguay em 2005. Atualmente é professor titular do Centro

de Ensino Superior - CESUMAR - Maringá - PR. Membro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenv. Científico e Tecnológico do Paraná. Na Universidade Paranaense - UNIPAR atuou como Diretoria de Centro, Chefe de Departamento, Coordenadora de Colegiado de Curso, Membro do Conselho Superior de Administração - CONSAD, e Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE, Membro do Grupo Especial de Trabalho Setor de Atuação para Elaboração do Projeto de Reconhecimento das Faculdades Integradas da APEC como Universidade, Membro do Conselho Técnico Científico, Coordenadora Geral dos Vestibulares, Membro da Comissão de Acompanhamento do Crédito Educativo, Membro da Comissão Organizadora do XIX Ciclo de Estudos Jurídicos do Curso de Direito e Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Unipar ? Perspectivas contemporâneas nas relações humanas e sociais, Membro da Comissão Organizadora da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Membro da Banca na Apresentação dos Trabalhos da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Consultor ad hoc del Mostra de Extensão Universitária, Coordenadora e Consultora ad hoc de Mostra Científica do Curso de Direito, Membro da Banca Examinadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso: Curso de Direito. Participou no Grupo de Estudo: Investigação e reflexão sobre as questões da Educação no Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

Maria de Fátima Leite Gomes Prof.^a. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS e coordenadora do Projeto de Extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com

Maria Nazaré dos Santos Galdino Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: zaremorena12@gmail.com.

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (FVC). Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutoranda Educação e Contemporaneidade, Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Grupo de pesquisa: Educação, Universidade e Região (EduReg) - Uneb e Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho (InterGesto) – Uneb. E-mail para contato: martarmiranda@gmail.com; mmiranda@uneb.br

Neide Borges Pedrosa Graduação em Pedagogia pela Faculdade Educação Antonio A. Reis Neves, Barretos SP. Mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca, UNIFRAN, Brasil. Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Pesquisa EDUCA. Linha de Pesquisa: Educação e Novas Tecnologias. E-mail para contato: neibpedrosa@gmail.com

Raquel Costa da Silva Nascimento Licenciada em Matemática pela UERJ em 2002. Especialista em Ensino de Matemática pela Uff em 2004 e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo CEFET em 2011. Durante os anos de 2011 a 2013, atuei como Assistente Técnico responsável pela área de Matemática da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, onde exerci diversas funções, dentre elas: gerenciar projetos relacionados a matemática, produzir materiais de apoio pedagógico, acompanhar ações relacionadas a área tais como Saerjinho, Reforço Escolar e projetos de parceria privada e realizar formações de professores. Ressalto que todos os materiais produzidos durante estes 3 anos ainda se encontram disponíveis no site da SEEDUC - <http://conexaoprofessor.rj.gov.br/>, Professora da Prefeitura de Macaé, da SEEDUC/RJ e Professora da Universidade Universo.

Reginaldo Vandrê Menezes da Mota Licenciado em Matemática (UFF), Pós graduação UNIRAM , Mestrando (ProfMat-UNIRIO), professor com dedicação exclusiva do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, foi autor do currículo mínimo de matemática do Estado do Rio de Janeiro e das Atividades Autorreguladas.

Rogéria Moreira Rezende Isobe Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Doutorado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas - GEPPPOE. E-mail para contato: rogeriaisobe@gmail.com

Selma Suely Baçal de Oliveira Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Orientadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação e atualmente Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação na mesma Universidade.

Silvia Roberta da Mota Rocha Professora da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: silviarobertadamotarocho@gmail.com

Suênia Aparecida da Silva Santos Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço

Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: sueniaaparecida@hotmail.com.

Suzianne Lima de Moraes Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail para contato: suzianne.moraes@hotmail.com

Tyciana Vasconcelos Batalha Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID e Grupo de Estudos e Pesquisa no Ensino da Leitura e da Escrita como Processos Dialógicos – GLEPDIAL. Bolsista do Projeto de Extensão pela Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão – FSADU. E-mail para contato: alftyaci@gmail.com

Vicente de Paulo Morais Junior Diretor de Escola da rede pública do estado de São Paulo; Professor da Faculdade Bilac (São José dos Campos/SP); Graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos/SP); Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP/SP); Doutorando em Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Contato: vicentemjunior@hotmail.com

Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire Professora de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco, Brasil; Graduação em Geografia pela Universidade Pernambuco - UPE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – ULHT, Portugal/Diploma Revalidado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Doutorado: Cursando Ciências da Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal; Grupo de pesquisa: Desigualdades sociais e ação pública – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS – NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal. E-mail para contato: vilmapanelas@gmail.com

Vilma Terezinha de Araújo Lima Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (MPGAP) – Instituto de Pesquisas da Amazônia. Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Ceará; Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Ceará; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: araujovilma@hotmail.com

Viviana Maria dos Santos Cursando Magistério pela Escola Estadual Marcelino Champagnat. Graduação em andamento em Letras pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).